

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Amigos, amigos...

... candidaturas à parte. Até entre apoiadores da postulação de João Doria há quem veja com simpatia o movimento pró-Temer. O ex-governador gosta do ex-presidente, mas não vai abrir mão de tentar levar sua campanha dentro do PSDB. Até julho, muita coisa vai rolar.

Por falar em candidatura...

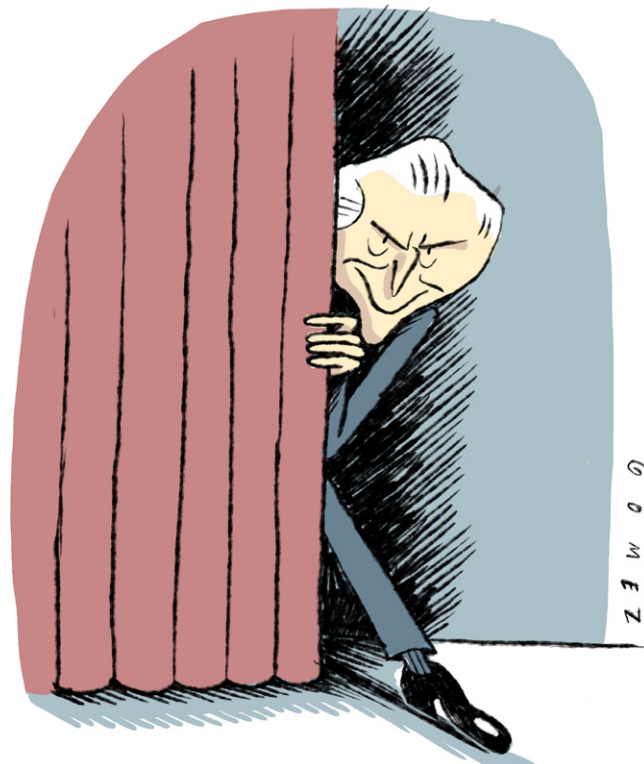
O pedido do deputado Aécio Neves (MG) e dos pré-candidatos tucanos a governos estaduais para uma reunião com Doria para conversar fez alguns desses aliados do ex-governador acharem que pode ser uma armadilha para que o paulista desista da empreitada nacional. E Doria não pode deixar de comparecer a um encontro com pré-candidatos de seu partido.

Confunde aí, mas não exagera

Aliados de Bolsonaro acreditavam que ele fazia das urnas eletrônicas uma cortina de fumaça para não deixar na cena principal da política seus verdadeiros problemas: inflação alta e juros na estratosfera. Nos últimos dias, passaram a suspeitar que, embora a eleição ainda esteja longe, o presidente arrisca não aceitar um resultado adverso.

Veio para ficar

A depender dos líderes e parlamentares que comandam o Parlamento, as promessas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de acabar com o Orçamento secreto não serão cumpridas. O Congresso está amando destinar recursos para as bases eleitorais com assinatura de parlamentares.



O terceiro elemento

Diante da crise que atravessam os partidos interessados na terceira via, em especial o PSDB, intensificaram-se as conversas e os pedidos para que o ex-presidente Michel Temer seja o candidato. A avaliação é a de que ele é quem tem melhor condições de concorrer de igual para igual com um presidente no exercício do cargo e outro que esteve no poder por oito anos. Inclusive sob o ponto de vista econômico, Lula entregou o país com 5,9% de inflação e 10,75% de juros à sucessora, Dilma Rousseff. Ela, por sua vez, entregou o bastão a Temer com uma inflação de 9% e juros de 14,25%. Temer passou a faixa presidencial a Jair Bolsonaro (PL) com uma inflação de 3,75% e juros em 6,5%. Agora, a inflação está em 12,13% e os juros em 12,75%.

Os números indicam a muitos que o discurso de Temer está pronto. Algo do tipo: recebeu uma economia em frangalhos, recuperou a confiança e, agora, diante do novo estrago nessa seara, é preciso repetir a dose.

Temer não disse que sim, mas seus amigos garantem que ele jamais dirá não se for um movimento que englobe vários partidos. Afinal, não tem nada a perder concorrendo. E nem é para o curtíssimo prazo.

A ideia desses aliados é dar um tempo para verificar se os postulantes da terceira via, especialmente Simone Tebet, conseguem melhorar a performance nas pesquisas de intenção de voto. Se ela continuar na casa do 1%, os movimentos pró-Temer ficarão ainda mais intensos.

CURTIDAS

ED ALVES/CB/D.A.Press



Quinteto que joga unido... O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, foi para o *Roda Viva*, da TV Cultura, acompanhado dos líderes do MDB, Eduardo Braga (AM), do União Brasil, Davi Alcolumbre (AP), e do PSD, Nelsinho Trad (MS), e ainda os senadores Weverton Rocha (PDT-MA) e Ângelo Coronel (PSD-BA). “Com esse número de líderes, já dá para pedir verificação de quórum”, brincou Alcolumbre (foto).

... e torce junto vibra! Nos bastidores do *Roda Viva*, os senadores vibravam quando Pacheco defendeu as emendas de relator com toda a convicção de que são os parlamentares os que mais conhecem a realidade do país.

O passado condena! O Congresso também tinha mais ingerência sobre o Orçamento, no início dos anos 1990. Desagou no escândalo dos anões. Agora, escaldados, a ordem é se der problema, quem indicou que pague. Mas o controle continuará com o Congresso.

Cliente sempre tem razão! Com a disputa eleitoral entrando em cena, algumas companhias aéreas orientaram seus comissários a sempre concordar com o gosto do freguês. Dia desses, um ex-deputado encontrou um amigo num voo e eis que o sujeito foi logo dizendo: “Bolsonaro né?” Antes que o interlocutor respondesse, a comissária diz “sim!” — e já vai levando o cidadão para o assento marcado. O ex-deputado respirou aliviado.

PODER

Deputado cassado por 73 x 0

Arthur do Val, o Mamãe Falei, tinha renunciado ao mandato por falas sexistas sobre ucranianas. Está inelegível por 8 anos

» CRISTIANE NOBERTO

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) cassou, ontem, o mandato do ex-deputado Arthur do Val, o Mamãe Falei. Apesar de ele já ter renunciado à cadeira na Casa por causa da repercussão de falas sexistas que emitiu sobre as ucranianas — entre outras coisas, disse que “são fáceis porque são pobres” —, os 73 parlamentares presentes à sessão votaram unanimemente contra ele — bastavam 48 votos para que perdesse o mandato. Dessa forma, Do Val perdeu os direitos políticos por oito anos.

O pedido de cassação de Mamãe Falei já havia sido aprovado, também por unanimidade, no Conselho de Ética da Alesp. Foi tornado projeto de resolução para votação em plenário no mesmo dia da aprovação da quebra de decoro parlamentar.

A ex-embaixatriz da Ucrânia no Brasil Fabiana Tronenko e a filha, Mariana, acompanharam a votação. Pelas redes sociais, a brasileira publicou em comemoração à cassação do mandato de Mamãe Falei: “Esse momento representará o fim da impunidade legislativa e, principalmente, um marco da Justiça para todas as mulheres do mundo, ofendidas pelos comentários xenofóbicos, machistas e racistas do ex-deputado. Principalmente as mulheres ucranianas”.

Parlamentares

A pré-candidata do MDB à Presidência, senadora Simone Tebet (MS), também festejou a decisão contra Mamãe Falei: “Parabéns à Alesp e aos deputados, que tiveram coragem de agir e punir um parlamentar de sua

casa, por sua irresponsabilidade e desrespeito às mulheres ucranianas em um momento de fragilidade e vulnerabilidade em meio a guerra”, tuitou.

A deputada estadual Isa Pena (PSol), que foi apalpada pelo também deputado Fernando Cury (Cidadania) — o parlamentar pegou somente seis meses de suspensão do mandato —, também foi às redes sociais comentar a cassação de Do Val: “Cassado! Mamãe Falei foi punido por suas falas misóginas e dessa vez a Alesp deu um recado à altura. Não esqueça: o machismo pode te fazer perder o mandato! Tchau, querido”.

Outra que tuitou foi a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) — que ouviu do então colega de Câmara Jair Bolsonaro que ela não merecia ser estuprada porque era feia — publicou: “A Assembleia de São Paulo acaba de cassar o mandato de Arthur do Val. Não adiantou ter renunciado. Mamãe Falei inelegível por oito anos. Lição para os machistas que pensam poder se safar de seus malfeitos”.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSol-SP) registrou no Twitter: “Pela força da luta das mulheres, Mamãe Falei está cassado! Machistas não serão representantes do povo brasileiro!”

O advogado do ex-deputado, Paulo Henrique Bueno, ao fazer a defesa no plenário da Alesp, antes da votação da cassação, disse que a decisão “pode abrir precedentes ‘gravíssimos’ contra os deputados. Conforme disse, se os áudios ‘foram compartilhados de grupos privados sem autorização’, estariam dizendo que é permitido fazer isso com qualquer pessoa, indo na contramão de um preceito constitucional. (Colaborou Fabio Grecchi)

Marco Antonio Cardelino/Alesp



Deputados votaram em peso pela cassação de Mamãe Falei

Divulgação/Alesp



Do Val: críticas nas redes sociais

» Pedido de distensão para Silveira

A advogada Mariane Cardoso, nova defensora do deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), se reúne hoje com o ministro Alexandre de Moraes para pedir o relaxamento das sanções impostas pela Corte ao parlamentar. Ela pedirá a apreciação de um pedido para que Moraes reconsidere a imposição de medidas cautelares — entre elas o uso da tornozeleira eletrônica —, quanto a multa que está em R\$ 540 mil por descumprimento.

STJ arquiva ação de Aras contra jornalista

» LUANA PATRIOLINO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, pelo arquivamento de uma queixa-crime do procurador-geral da República, Augusto Aras, contra o jornalista André Barrocal, que, em 2020, criticou o chefe do Ministério Público Federal chamando-o de “cão de guarda” do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de “PGR de estimação”. Na ação, Aras argumentou que teve a honra ofendida e ingressou, na Justiça do Distrito Federal, com uma queixa-crime pedindo a condenação do jornalista pelos crimes de calúnia, difamação e injúria.

Em julho daquele ano, porém, o pedido de Aras foi negado. O procurador-geral, então, entrou com um recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e um habeas corpus no STJ. Os dois primeiros



Não tem como amordaçar aquela que tem cumprido seu papel no debate público

Ministro Sebastião Reis,
do STJ, defendendo o direito de crítica da imprensa

não chegaram a ser analisados.

No Superior Tribunal, a ação recebeu quatro votos contra um pelo arquivamento. Apenas o relator, desembargador convocado Olin do Menezes, votou pela manutenção do andamento do processo.

No entendimento do ministro Sebastião Reis, jornalistas não podem ser alvo de censuras judiciais, mesmo que façam “críticas ácidas” contra autoridades públicas.

“No momento em que vivemos, não tem como amordaçar, mesmo que de forma indireta, aquela que tem cumprido seu papel no debate público”, salientou.

O ministro do STJ Rogério Schietti destacou que a imprensa não pode ser criminalizada pelo seu trabalho. “Jornalistas, ainda que critiquem acidamente declarações públicas de autoridades, não podem ser criminalmente

responsabilizados. Do jornalista, profissional especializado, não se pode esperar atuações como outros profissionais”, afirmou.

Em um artigo publicado em 2020 em uma revista, Barrocal comparou Aras a um “cão de guarda” de Bolsonaro para criticar que o procurador se omitiu diante da condução da pandemia de covid-19 pelo presidente.

Em nota, a defesa do jornalista afirmou que a decisão do STJ reitera o compromisso com a democracia. “A liberdade de imprensa, mais do que a liberdade de expressão, garante a pluralidade de visões e o escrutínio de agentes públicos que, exatamente pelos cargos que ocupam, devem se sujeitar às críticas e às diferentes visões de mundo que permeiam nossa nação e são protegidas pela Constituição Federal”, observou.